



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2022
(Do Sr. ELIAS VAZ)

Requer Audiência Pública para discutir o desvio de dinheiro público do Programa Farmácia Popular do Governo Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e na forma do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para discutir o desvio de dinheiro público do Programa Farmácia Popular do Governo Federal, com os seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Saúde;
2. José Ulisses Vasconcelos, do Tribunal de Contas da União;
3. Letícia Carapeto Benrdt, Procuradora da República;
4. Franklin Medeiros, Delegado da Polícia Federal;
5. Representante do Conselho Federal de Farmácia;
6. Pedro Zidoi, Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico;
7. Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores do SUS;
8. Antônio Carlos Pipponzi, da DROGASIL;
9. Sammy Birmarcker, do Grupo Profarma (Drogaria Rosário); e
10. Jonas Laurindvicius, do Grupo DPSP (Drogaria São Paulo e Drogaria Pacheco).



* C D 2 2 7 5 2 3 4 7 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

JUSTIFICAÇÃO

Foi exibido no Programa Fantástico no dia 15/05/2022, o resultado de uma investigação jornalística sobre desvio de dinheiro público do Programa Farmácia Popular do Governo Federal. Entre as fraudes, que provocaram um rombo milionário nos cofres públicos, tem até farmácia fantasma.

As fraudes já aparecem no aplicativo do “Conecte SUS”, onde aparece a retirada de remédios pelo cidadão, mas que na verdade nunca foi retirado o solicitado pela pessoa.

Os remédios liberados irregularmente são da Farmácia Popular. O Programa oferece remédios para diversas doenças como hipertensão, asma, diabetes e colesterol alto. Na maioria dos medicamentos não há custo nenhum. Em outros casos o desconto chega até 90 por cento.

As principais artimanhas dos golpistas atualmente são a compra e a venda das chamadas farmácias populares. Principalmente, para aplicar golpes e driblar a burocracia, porque o processo normal para ter um estabelecimento credenciado no “Farmácia Popular” costuma ser demorado. E o governo suspendeu temporariamente novos credenciamentos. Por isso, o fraudador compra o CNPJ de drogarias já habilitadas pelo governo. O programa tem um orçamento robusto. No ano passado o Ministério da Saúde pagou 2,5 bilhões de reais para mais de 30.000 farmácias credenciadas

A Polícia Federal investiga uma quadrilha de Goiás que agia com farmácias fantasmas. O desvio chega a cerca de R\$ 10 milhões. O Delegado Franklin Medeiros afirma que “uma organização adquiria essas farmácias única e exclusivamente para promover fraudes no sistema da Farmácia Popular. Promoviam lançamentos fraudulentos no sistema utilizando o CPF de terceiros”.

O jornalista que investigou essas fraudes, pediu junto ao TCU a lista de farmácias que mais desviaram recursos do programa e que foram condenadas pela justiça. Em



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elias Vaz

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227752347300>



* C D 2 2 7 7 5 2 3 4 7 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

terceiro e segundo lugares estão duas farmácias de Goiás. Uma deu um prejuízo de novecentos e sessenta mil reais e a outra de oitocentos e oitenta mil reais. Em primeiro lugar ficou uma drogaria do Ceará que embolsou um milhão e cem mil reais.

Segundo Letícia Carapeto Benrdt, Procuradora da República “várias receitas tem sido arquivadas com nome de pessoas falecidas. Foram atrás do médico que era o prescritor da receita e o próprio médico disse que a assinatura não é dele”.

Em lagoa vermelha no Rio Grande do Sul, auditores descobriram que medicamentos e fraudas geriátricas do programa Farmácia Popular tinham sido liberadas para um asilo em que os idosos já haviam falecido.

Ante ao exposto, a audiência pública proposta se faz necessária para que essa Comissão de Fiscalização Financeira e Controle possa se debruçar acerca dos fatos trazidos aqui, com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em de maio de 2022.

ELIAS VAZ

Deputado Federal – PSB/GO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elias Vaz
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227752347300>

